

AS IMPLICAÇÕES LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sonia Pedrozo¹
Edson Martins²

RESUMO

O presente artigo tem como tema a Educação Especial e traz uma reflexão sobre a inclusão escolar na atualidade, pretendendo com isso apresentar à sociedade, famílias e portadores de necessidades especiais, as políticas públicas de inclusão existentes, bem como, mostrar como são conhecidas atualmente as necessidades especiais e como podem ser diagnosticadas, onde a família pode procurar auxílio caso seus direitos sejam desrespeitados e quais as medidas cabíveis para o bom cumprimento deste direito. De uma forma geral, este artigo pretende valorizar a inclusão escolar e ajudar os portadores de necessidades especiais e suas famílias a entenderem que política de inclusão não é uma gentileza e sim um direito constitucional que o Estado tem o dever de garanti-lo.

PALAVRA-CHAVE: Inclusão escolar, educação especial, políticas públicas de inclusão.

ABSTRACT

The present article has as its theme the special education and brings a reflection on school inclusion, intending to introduce to society, that families and people with special needs, public policy existing inclusion, show how they are currently known the special needs and how they can be diagnosed, where the family can seek aid if their rights are violated and what are the appropriate measures for the proper fulfilment of this right. In General, this article intends to enhance the school inclusion and helping people with special needs and their families to understand what policy of inclusion is not a gesture but a constitutional right that the State has the duty to guarantee it.

KEYWORD: school inclusion, special education, public policies of inclusion.

¹ Bacharel em Direito pelas Faculdades Opet. Secretária Jurídica-Email: sonia.pedrozo@hotmail.com

² Pedagogo, mestre em Educação e Doutor em Ciências da Religião. Professor nas Faculdades OPET

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é dedicado às pessoas e às famílias de pessoas com necessidades educacionais especiais. Tem como principal objetivo ajudar no esclarecimento da situação dos necessitados de inclusão e na demonstração das dificuldades que elas possuem quando se trata de usufruir plenamente de seus direitos no que diz respeito à educação, onde a falta de conhecimento e de capacitação dos profissionais ainda é o maior dos problemas, seguido da falta de estrutura física das instituições de ensino e do conhecimento mais aprofundado da própria família em relação a seus direitos e deveres, bem como o direito e dever das instituições de ensino e da obrigação do Estado em relação à educação inclusiva dessas pessoas.

O direito à educação das pessoas com necessidades especiais em escolas regulares de ensino tem sua garantia na Constituição Federal e em Leis dela originadas, pois a criação ou manutenção de escolas especiais nos dias de hoje é visto como exclusão. Apesar de ser um direito garantido por leis nacionais e internacionais, na prática ainda existem muitas dificuldades quando se fala em educação especial ou inclusão escolar no sentido de inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais, pois ainda existem muitas pessoas portadoras de deficiência fora das escolas por vários motivos alheios a sua vontade e as que estão incluídas não têm supridas as suas necessidades da forma que necessitam.

Um exemplo disso é a falta de conhecimento dos profissionais da educação em relação às deficiências existentes, pois são muitas e com sintomas muito parecidos e não somente a deficiência física. Além das deficiências destes alunos, existe também a falta de formação continuada dos profissionais ou mesmo de uma reciclagem desses, o que causa mais uma desvantagem para os alunos da educação inclusiva em relação aos alunos regulares.

Os alunos especiais, de forma geral, foram deixados a mercê de profissionais sem conhecimento específico sobre o assunto. O problema é que não basta incluir, é necessário que se propague o conhecimento em relação às deficiências físicas ou distúrbios de aprendizagem e isso não pode ser feito por quem também o desconhece

2 O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

Segundo Mantoan (2005), inclusão escolar tem a ver com a capacidade individual das pessoas de entender, reconhecer e saber conviver com o outro, o diferente, e para ela a inclusão escolar tem o poder de acolher a diversidade e de fazer a interação destes alunos de uma forma menos complexa.

Já um pouco mais atual, Drago (2013), diz que inclusão escolar é a forma de inserção do aluno com deficiência em classes regulares de ensino, nas escolas.

Esse aluno independentemente de suas possibilidades e acessibilidades deve ser respeitado como pessoa e receber atendimento educacional especializado para suprir suas necessidades de aprendizagem.

Para que a inclusão ocorra de fato, é necessário que as escolas e os sistemas de ensino se adéquem às necessidades desses alunos, considerando suas limitações.

Mas Drago (2013), também entende que,

Por ser uma temática atual e de suma importância para a sociedade educacional, o termo inclusão não é apenas objeto de estudos e pesquisas sobre alunos com necessidades educativas especiais, com deficiências globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas um aspecto que ultrapassa conceitos referentes somente à colocação de crianças na escola. A inclusão requer a quebra cristalizações educacionais que fazem com que tantas pessoas sejam deixadas à margem do conhecimento escolar por apresentarem características que muitas vezes, destoam daquilo que convencionalmente se tem como normal.

Silva (2012, p. 233) concorda com Drago e ainda cita outras formas de auxílio dessas necessidades, ao afirmar que,

Inclusão é uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aula comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Na proposta da educação inclusiva, todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se a um ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem de idade em relação à série. A escola, portanto, deveria adaptar-se às necessidades individuais desses alunos, requerendo mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das instituições de ensino, nas formações dos professores e nas relações família-escola.

Para isso, é preciso que uma equipe multidisciplinar (psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, educadores) trabalhe de forma integrada e que haja muito empenho e engajamento familiar.

Além de Silva e Drago, outros autores como Pam e Drauet seguem expondo suas posições a respeito do assunto em pauta. São estudiosos do assunto ou simplesmente pessoas que vivenciaram o preconceito por ter ao seu lado uma pessoa com deficiência, como é o caso de Dalva Tabachi, adiante, que conta sua trajetória com o filho Ricardo, autista.

Um caso de discriminação por parte de quem deveria trabalhar em prol da inclusão;

A discriminação chegou a um nível insuportável na escola maternal. A direção da escola pediu-me que mandasse uma babá para ficar exclusivamente com ele na sala de aula. Quando a professora entrava, a babá por ordem dela saía com Ricardo para o pátio para “assim não atrapalhar as outras crianças” como dizia.

A inclusão escolar, tema proposto neste trabalho é, por si só um direito constitucional. Previsto na Constituição Federal de 1988 e em outros documentos que garantem os direitos das pessoas deficientes. No entanto, segundo Drago (2013) a plena execução legal e social desta proposta ainda está no ideário dos sistemas de ensino e no de grande parte dos profissionais da educação como algo impossível de ocorrer, por uma série de problemas e dificuldades constantemente alegadas: Como avaliar? Como fazer para ensinar? Que aluno é esse que eu nem sei o que ele tem?

A legislação prevê que a escola tem que ter uma proposta inclusiva, porém tais prerrogativas, infelizmente, vêm acompanhadas das questões e dúvidas dos responsáveis pela educação.

2.1 OBJETIVO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar tem como objetivo, inserir crianças, jovens e adultos com necessidade educacional especial, nas escolas e na sociedade. O direito à educação de qualidade é constitucional e deve ser garantido pelo Estado, que não pode mais restringi-los a uma sala de aula especial, com um grupo minoritário de pessoas que como ele também tem uma dificuldade.

Segundo Fernandes (2006, pg. 15):

Até o final do século XVI, não havia na sociedade a preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas “diferentes” das demais. Assim, doentes mentais, pessoas com deformidades físicas ou que não falavam e outras, historicamente, estiveram excluídas do processo de aprendizagem acadêmica e da participação ativa em sociedade em virtude das diferenças que apresentavam.

Já para Stainback (1999) o objetivo da inclusão escolar está em trabalhar com o aluno de inclusão de forma que ele aceite sua deficiência e aprenda a conviver com ela desenvolvendo autoconfiança e auto-identidade.

A inclusão não pode ser usada simplesmente para inserir indivíduos com necessidades especiais em grupos da sociedade que devem aceitá-lo, esquecendo sua deficiência e necessidades, mas deve ser feita de tal forma, que as pessoas o aceitem independentemente de suas limitações. As escolas devem trabalhar para desenvolver nesses indivíduos a autonomia necessária para seguirem sozinhos, tratando-os de forma igualitária, respeitando seus limites, mas sem esquecer suas diferenças.

Na educação inclusiva conforme preconiza Alonso (2013), o educador tem um importante papel no desenvolvimento da autonomia do aluno especial. Ao organizar e selecionar procedimentos de auxílio para com este aluno o educador consegue resolver conflitos cognitivos, através dos procedimentos baseados na necessidade de cada aluno e considerando o seu ritmo e interesse de aprendizagem. Visto que todos os estudantes são diferentes e suas necessidades podem requerer apoio diferenciado, o processo de ensino aprendizagem traz com ele uma forma de avaliação também diferenciada, sendo isso um grande desafio, para o qual os professores devem estar bem preparados.

Uma vez diagnosticada a deficiência é necessário que as escolas sejam complacentes com o aluno, o recebam e desenvolvam com ele uma inserção prática e gradativa com o objetivo de colocá-lo no meio sem que ele se sinta diferente.

2.2 HISTÓRICO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A existência de pessoas portadoras de necessidades especiais é tão antiga quanto à história da humanidade, mas durante os séculos os povos tinham atitudes diferentes para lidar com a situação na maioria das vezes as crianças que nasciam

com alguma deformação eram mortas ou abandonadas como descreve Sueli Fernandes (2006, pg. 19):

Na antiguidade, período histórico iniciado com as mais antigas civilizações e que se estendeu até a queda do Império Romano do Ocidente (século V), apenas as pessoas nobres detinham o poder social, político e econômico. O corpo perfeito e forte para guerrear, a beleza física, a capacidade retórica para proferir discursos filosóficos, entre outras habilidades, eram aspectos que valorizavam algumas pessoas e conferiam-lhes a cidadania nessa sociedade. Qualquer pessoa que fugisse a esse padrão era considerada subumana já que não teria utilidade para a vida em sociedade. Assim, pessoas que nasciam com deficiências visíveis, como, por exemplo, a falta ou deformação de membros ou a incapacidade de falar ou enxergar, eram relegadas ao abandono e, até mesmo, exterminadas, por não terem valor social.

Ampliando o entendimento sobre a história, Pam (2008, pg. 71), relata que no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência sofreu influência americana e européia, no que se refere a sua vinculação inicial ao campo médico, trazendo como traço comum no começo do século XX a ocorrência de iniciativas privadas isoladas e a prevalência do sentido clínico a nortear as decisões e as ações no atendimento educacional.

Segundo Pam (2008) apud Jannuzzi, foi no período de 1930 a 1970 que a sociedade deu início a um movimento em prol dos problemas enfrentados pelos deficientes e a partir daí foi criado um tipo diferente de escola que era ligada a hospitais.

A partir deste momento, no entanto, teve início a fundação de novas entidades educacionais com atendimento diferenciado, acontecendo segundo Jannuzzi, o atendimento de débeis mentais, em escolas tidas, como escolas especiais, com atendimentos médico-pedagógico.

Somente em 1961 é que surgiu a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a educação especial era diferenciada da educação regular. Segundo Jannuzzi (2008), essa lei nascia para trazer um pouco de justiça aos deficientes que até então eram injustiçados, sendo tratados com indiferença, devido a sua condição, porém o resultado alcançado depois do advento dessa lei continuou insatisfatório, pois não mudou a cultura do país, que permaneceu indiferente aos direitos dos deficientes.

Foi a partir de 1990 que surgiram as transformações, através de movimentos sociais que fizeram estas pessoas serem vistas de forma diferenciada, pois para Pam (2008, p. 72),

Tal alteração se deve a uma somatória de fatores, entre os quais dois podem ser apontados como mais relevantes para a construção da nova abordagem. O primeiro, relativo ao aspecto conceitual, foi a emergência do termo necessidades educacionais especiais, que veio substituir a tradicional terminologia empregada para designar a deficiência.

O segundo fator, diretamente ligado às práticas de integração escolar, atingiu mudanças notáveis na formulação do currículo, na formação dos professores, nos métodos de ensino, bem como nas atitudes e nas responsabilidades das administrações escolares.

Já segundo o Documento Subsidiário à Política de Inclusão do MEC (2005, pg.19) informa, que:

A Educação especial é definida a partir da LDBEN 9394/96, como uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Permite também, tomar a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que atravessa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui seu grupo de alunos.

Atualmente, na opinião de Drago (2013, pg. 22),

O Brasil tem uma legislação moderna e avançada no que se refere à proposta de uma educação para todos, como temos observado em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996) e a Política Nacional de educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outras, além de assumir os preceitos e as diretrizes da Declaração de Salamanca e da Convenção de Guatemala. Nesse sentido, somos levados a acreditar que, em termos legais, temos todas as possibilidades de inovar no processo educacional referente à educação especial.

Porém, a análise dessas leis deixa claro que o tema “inclusão” surgiu muito recentemente, ou seja, esse debate torna-se mais premente a partir da década de 90 com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e com a Declaração de Salamanca, que visam romper com a discriminação relacionada ao acesso e a permanência das pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais dela decorrente, nas escolas comuns. Além disso, visa romper com o trabalho excludente configurado nas classes ou escolas especiais, que acabam criando um mundo onde tudo está preparado para a deficiência e não incorpora o indivíduo na vida autêntica cotidiana.

Para Daniela Alonso, (2013) no decorrer dos anos o sistema educacional brasileiro sofreu grandes mudanças, mas tem conseguido garantir o respeito à

diversidade, ao convívio e ao desenvolvimento de todos os alunos. Práticas educacionais foram desenvolvidas e com isso conseguiu-se promover com sucesso a inclusão de alunos especiais em escolas regulares o que reforça ainda mais a importância do conhecimento e desenvolvimento profissional do professor.

2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS DIAS ATUAIS

Há muitos anos as pessoas com necessidades educacionais especiais lutam por seus direitos. No Brasil em 1854 foi criada a escola de cegos seguida em 1857 pela escola de surdos as quais ainda existem e atualmente são conhecidas como Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional dos Surdos (FERNANDES, 2006).

Mas segundo Cunha, (2006), somente em 1960 é que os esforços sociais dos grupos que lutavam a favor desse direito tiveram sua primeira conquista, a possibilidade de relação, de unificação entre os processos de ensino regular e especial.

Para Fernandes (2006), esse conceito de educação especial como é conhecido hoje teve início nas décadas de 60, quando pais, amigos e pessoas deficientes deram início a um movimento na Dinamarca, onde reivindicavam suas necessidades e também o seu direito à educação nas escolas e salas regulares, juntamente com os demais alunos, considerados “normais”. Esse movimento ganhou força nos Estados Unidos e chegou ao Brasil na década de 80, conhecido por integração.

Ainda segundo Fernandes, não são poucos os estudiosos que discutem as diferenças entre integração e inclusão e como elas repercutem no processo educacional dos portadores de necessidades especiais.

Ainda nesse sentido, Fernandes (2006, p. 132) diz que:

A discussão em torno desses dois processos gera ainda muitas polêmicas nas áreas de educação e saúde, em razão da semelhança de significados. Para Mantoan o processo de integração, refere-se especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência, que envolve um leque de possibilidades que vão desde classes comuns até locais específicos como classes e escolas especiais. O critério para decisão de qual seria a melhor proposta de atendimento repousa nas condições individuais de cada aluno. A concepção de inclusão requer mudanças nas atitudes e nas práticas relacionadas a grupos excluídos, dentre eles, as pessoas com deficiências. Para isso, são necessárias mudanças estruturais que envolvem a remoção de barreiras físicas e materiais e a organização de suportes humanos e

instrumentais, para que todos possam ter a participação social em igualdade de oportunidades e condições.

Nesse contexto de atualidade da educação inclusiva, Carvalho (2010), apud Fridman, lembra que apesar de terem os mesmos interesses em relação à educação, no intuito de minimizar o fracasso escolar, os dirigentes mundiais e não somente do Brasil, não conseguem garantir efetivamente a realização desse direito.

Fazendo-se necessário que as políticas públicas criem formas de garantir o desenvolvimento das escolas no sentido de que elas garantam a inclusão de alunos especiais em seu sistema regular de ensino, mas não apenas a inclusão é necessário comprometimento e qualidade, para que esse sistema funcione corretamente.

Considerando essa trajetória da educação especial, pode-se pensar em futuro para essas pessoas antes penalizadas com o preconceito. Porém, é desnecessário dizer que a partir dessa aceitação, se faz necessário para um ambiente escolar regular, à existência de adequação tanto do ambiente (espaço físico) quanto do currículo profissional dos professores e especialização profissional de um modo geral, pois como visto anteriormente as pessoas com necessidades educacionais especiais, eram atendidas em clínicas especializadas ou em escolas pensadas exclusivamente para elas.

Desta forma se faz urgente e necessário uma atualização curricular e profissional, bem como a adaptação do espaço para receber esses indivíduos, sem que eles se sintam colocados ali, simplesmente.

Isto geralmente acontece porque,

Um número crescente de alunos previamente excluídos está sendo integrados ao ensino regular. Entretanto, esses alunos precisam mais do que apenas, serem colocados nas escolas regulares. Também precisam ser incluídos como membros iguais e valorizados da classe. Tem havido uma ênfase considerável sobre de que maneira incluir todos os alunos na vida social da classe, mas uma atenção consideravelmente menor tem sido dada à maneira como todos os alunos podem ser envolvidos em uma aprendizagem ativa nas salas de aula inclusivas. (STAINBACK & STAINBACK, 2007, pg. 240).

O fato, é que o Brasil precisa urgente se reciclar no que diz respeito à educação inclusiva, esse assunto é complexo e exige atenção e experiência, sendo

necessário mais que boa vontade para fazer com que a inclusão escolar, de fato funcione.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal objetivo passar a informação às pessoas que desconhecem a deficiência e os direitos dos portadores de deficiência e necessidades especiais. Neste contexto incluem-se as famílias principalmente, pois é delas a primeira oportunidade de saber se algo errado está acontecendo com seu filho ou um ente. Dentre as informações desejadas, foi possível explicar sobre as novas deficiências, como elas se apresentam na atualidade e os direitos que essas pessoas têm além da educação, mas é necessário que a família e a sociedade de um modo geral tenham acesso e queiram ter o conhecimento, pois a partir daí é que se conseguirá alcançar de fato o objetivo da educação inclusiva, qual seja a inclusão responsável de portadores de deficiência e necessidades especiais em escolas regulares, respeitando seus limites e ajudando no seu crescimento.

Em relação à educação o Brasil tem deixado muito a desejar e no que diz respeito à educação especial é ainda pior, pois se está falando da educação de pessoas com necessidades especiais em uma sala de aula regular de ensino, mas como inseri-lo se faltam salas de aulas até mesmo para os alunos que não são de inclusão? Como inserir um aluno com deficiência em um sistema educacional deficiente?

No contexto atual pode-se comparar as escolas públicas aos presídios brasileiros, com superlotação de presos, onde não tem lugar para todos, a violação dos direitos é explícita, não só do preso, mas de seus familiares também e o real objetivo, a re-socialização, não é alcançado. Na educação, o que se tem são salas de aula superlotadas e professores e profissionais da educação desatualizados, além de péssimas estruturas físicas.

Como falar em educação inclusiva se nem mesmo a educação regular funciona?

Para finalizar, destaca-se novamente a importância da inclusão escolar, mas não como a simples colocação de um aluno especial em uma sala de aula regular, é necessário muito mais que isso, é necessário que os profissionais sejam

respeitados, tenham condições adequadas de qualificação, que as instituições de ensino estejam aptas a recebê-los e que acima de tudo, profissionais de educação e saúde, família e sociedade tenham um contato próximo e estejam sempre prontos e abertos às novidades, pois pessoas portadoras de necessidades especiais são de fato especiais e conviver com elas é ter uma oportunidade única de conhecimento, é fazer pós-graduação na vida!

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação. 2010.

DRAGO, Rogério. **Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Edição nº 27, Set./Dez. 2011. <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/26413/15405>

DRAGO, Rogério. **Síndromes: conhecer, planejar e incluir**. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2013.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Editora Ibpex, 2006.

FIGUEIRA, Emilio. **O que é Educação Inclusiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

PAM, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O Direito à Diferença**, uma reflexão sobre deficiência intelectual, e educação inclusiva. Curitiba, Editora Ibpex, 2008.

STAINBACK, Susan e William. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1999.

TABACHI, Dalva. **Mãe, Me Ensina a Conversar: Vencendo o autismo com amor**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.